

SIMULADO MF 2009

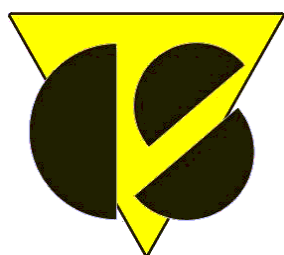
do Curso Sólon

com Gabarito Comentado



DEZ DICAS PARA A SUA PROVA

1. Antes de iniciar, faça uma breve apreciação de toda a prova (± 10 min.), observando questões interligadas e efetuando algumas anotações e marcações.
2. Comece a prova pela disciplina que você mais domina.
3. Iniciada a prova (ou este simulado), não a interrompa em hipótese alguma.
4. Mantenha, durante toda a prova, o alto astral, a objetividade, a satisfação, a determinação e a crença de que você terá êxito em cada questão, em cada disciplina, e na prova como um todo.
5. Faça marcações e deixe para o final as questões que você julgar trabalhosas ou difíceis.
6. Enfrente as questões com elevada objetividade. Descubra imediatamente o que o enunciado pede. Visualize ou esboce a solução. Só depois escolha a resposta mais coerente: a/b/c/d/e.
7. Use lógica, intuição e atitudes positivas na resolução das questões. Cuidado: depois de calculada ou localizada a resposta, muitas vezes você precisará reler o enunciado da questão para saber o que ele realmente pede.
8. No dia da prova oficial, fique de olho no relógio. Reserve tempo no final para responder a eventuais questões ou itens pendentes.
9. Faltando dez minutos para o término da Prova, deixe tudo de lado e passe para o Cartão de Respostas o que você já assinalou.
10. Nos dias seguintes ao da prova, acompanhe no *site* www.cursosolon.com.br as informações sobre o concurso e eventuais propostas de recursos para você aumentar sua nota.

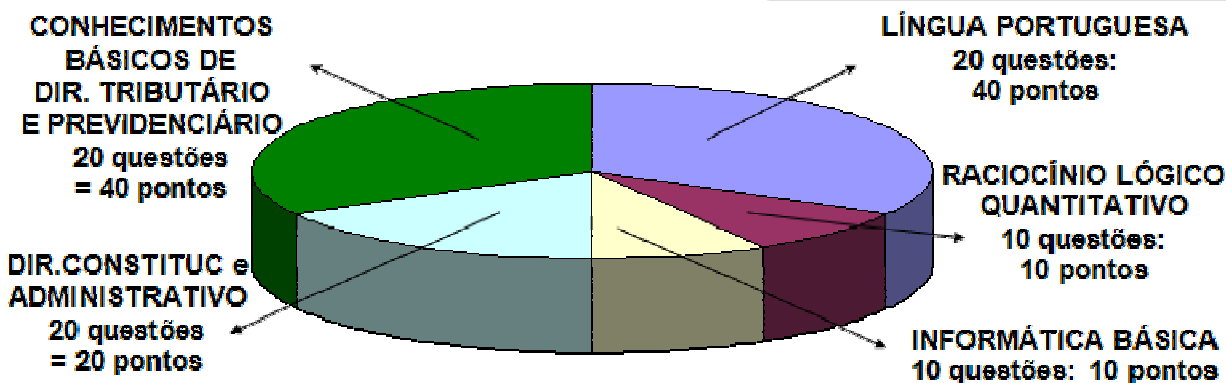


Curso Sólon Concursos

www.CursoSolon.com.br

Aulas & Apostilas

Estrutura da prova



OUTRAS INFORMAÇÕES:

- **Concorrência:** O concurso reuniu 573.566 inscritos (total nacional de 334 candidatos por vaga).
- **Locais da prova oficial:** Serão conhecidos a partir de 19/05/2009, no site da ESAF e do Curso Sólón.
- **Critérios de desempate:** 1º) Candidato maior de 60 anos; 2º) Maior nota em Língua Portuguesa; 3º) Maior nota em Conhecimentos Específicos; 4º) Maior nota em Conhecimentos Gerais: Português + Raciocínio + Informática.
- **Recursos à prova:** Veja no site do Curso Sólón as argumentações e fundamentações dos nossos professores para auxiliar você na elaboração de eventuais recursos às questões e/ou ao gabarito.

LÍNGUA PORTUGUESA
Prof Nelson Guerra

Observe o texto abaixo para responder às questões 01 a 03 seguintes.

Em mais um pacote de medidas fiscais para amenizar os efeitos da crise econômica mundial sobre a economia do país, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o governo fará uma renúncia fiscal de R\$ 1,5 bilhão.

Segundo o ministro, esta perda de arrecadação será compensada completamente, "como espera o governo", pela elevação do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) e do PIS/Cofins que incidem sobre o cigarro. "Com esta iniciativa, que entra em vigor no prazo de um mês, o preço final do cigarro terá aumento de 30%", afirmou Mantega.

As iniciativas anunciadas nesta manhã, na presença presidente em exercício José Alencar e do ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, englobam os setores de construção civil e automobilístico brasileiros.

A partir de amanhã entrará em vigor a redução do IPI de 30 itens de material de construção. A medida, que é adicional ao programa habitacional anunciado pelo governo na semana passada, está prevista para durar três meses. Ela visa à retomada do crescimento do setor e dos segmentos ligados a ele, com destaque para cimento, cuja alíquota sai de 4% para zero, de tintas e vernizes e de chuveiros elétricos, passando de 5% para zero em ambos casos...

<http://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2009/03/30/ult1913u104243.jhtm>

01. De acordo com o texto, assinale a opção INCORRETA.
- (A) A renúncia fiscal anunciada pelo governo é apresentada como uma ação governamental para combater os efeitos da crise econômica mundial, através da diminuição da arrecadação tributária.
- (B) Segundo o ministro, a diminuição da arrecadação será contrabalançada pelo aumento na tributação sobre o cigarro.
- (C) A medida do governo é um adendo ao programa habitacional recentemente anunciado.
- (D) Medidas como essas mostram que o governo está antenado com os anseios da população, mesmo prejudicando a vida dos fumantes.
- (E) A intenção do anúncio do ministro é demonstrar que haverá redução tributária num setor e aumento em outro, como uma alternativa positiva para enfrentamento da crise global.
02. A Reforma Ortográfica introduzida no país a partir de 1º de janeiro deste ano trouxe muitas novidades em relação à acentuação gráfica. Entre elas, há casos de acento gráfico obrigatório de tipo facultativo (agudo ou circunflexo). Indique em que trecho, extraído do texto, temos uma palavra nessa situação.
- (A) Saiu mais um pacote de medidas fiscais para amenizar os efeitos da crise econômica mundial sobre a economia do país.
- (B) O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o governo fará uma renúncia fiscal de R\$ 1,5 bilhão.
- (C) Com esta iniciativa, que entra em vigor no prazo de um mês, o preço final do cigarro terá aumento de 30%.

- (D) A partir de amanhã entrará em vigor a redução do IPI de 30 itens de material de construção.
- (E) A medida, que é adicional ao programa habitacional anunciado pelo governo na semana passada, está prevista para durar três meses.
- 03.** A respeito dos sinais gráficos presentes no texto, indique a alternativa INCORRETA.
- (A) O trecho “como espera o governo”, presente no segundo parágrafo, apresenta-se entre aspas para indicar que foram as próprias palavras pronunciadas pelo ministro Guido Mantega.
- (B) No terceiro parágrafo, o emprego das vírgulas após a palavra “manhã” e antes do verbo “englobam” justificam-se por se tratar de intercalação de elementos entre o sujeito e o verbo.
- (C) As palavras “mês” e “três” apresentadas no texto possuem acentuação gráfica por força da mesma norma gramatical.
- (D) O nome do ministro da Fazenda, citado no primeiro parágrafo, poderia estar entre travessões — Guido Mantega —, ao invés de vírgulas, caso o autor quisesse dar destaque.
- (E) A crase presente no último parágrafo é devida por estar diante de um advérbio.
- 04.** Assinale a opção que corresponde à única palavra ou expressão gramaticalmente INCORRETA.
- Eu não digo que a súmula seja irrelevante. Só que eu também sei que existe um “inquerito” de cujo teor(1) não temos a mais vaga idéia(2), e nele é possível que hajam(3) elementos que autorizem o deslocamento da competência para o STF, em tese. Eu não quero supor que Gilmar Mendes cometa erros primários de competência, desculpem-me(4). É subestimar demais o Ministro. Algum motivo para, dentro da legalidade, que se diga(5), desviar-se do entendimento sumulado deve ter havido: ele conhece a súmula. (Blog Reinaldo, com adaptações).
- Revista Veja, 07/07/2008*
- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5
- 05.** Está devido o emprego do elemento sublinhado na frase da opção:
- (A) O egoísmo e a desonestidade são defeitos de cujos nenhum contraventor se envergonha.
- (B) A firme reação das pessoas justas será uma surpresa de que as desonestas jamais estarão preparadas.
- (C) A resignação diante dos descasos é uma reação de cujos efeitos só beneficiam aos maus cidadãos.
- (D) Os princípios de sabedoria aos quais o homem honesto vê uma prioridade devem transformar-se em ação.
- (E) A Justiça precisa avaliar se o ato praticado pelo homem está de acordo com os usos e costumes da comunidade a que ele pertence.
- 06.** Tendo em vista o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, vigente a partir de janeiro de 2009, indique a única opção que exige, obrigatoriamente, alteração ortográfica no trecho transcrito a seguir.
- O Brasil costuma ser lembrado como um grande produtor de soja, açúcar, aço. Nem só por suas commodities(1), no entanto, o país tem(2) espaço no mercado internacional. A tecnologia, área em que até pouco tempo atrás os brasileiros nada tinham a oferecer, começa a despontar... Os avanços recentes são notáveis e estão unidos pelo mesmo critério de excelência(3): todos tem(4) a apresentar uma ou mais invenções de natureza diferente, pelas quais sobressaem fora do país. São sete pólos(5) que, juntos, faturam 4 bilhões de dólares por ano, exportam para setenta países e abrigam 3 700 Ph.Ds. esparramados por 1 000 empresas de tecnologia da informação (TI).
- (Revista Veja, 08/10/2008)*
- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5
- 07.** Assinale a opção em que o trecho extraído e adaptado da reportagem “Sonegar é roubar”, da Revista Veja, de 08/04/2009, apresenta erro gramatical
- (A) Uma das ideias fora de lugar que assolam a sociedade brasileira é aquela segundo a qual a sonegação não é um mal tão grande – inclusive porque parte do dinheiro dos impostos vai mesmo para o bolso dos corruptos.
- (B) Na semana passada, esse ponto de vista desatinado estava implícito na repercussão provocada pela sentença contra Eliana Tranchesí, sócia da loja de luxo Daslu. Eliana foi condenada a 94 anos e seis meses de prisão por importação fraudulenta com o objetivo de sonegar impostos.
- (C) Nos dias seguintes, houve quem se escandalizasse com o fato de a pena ser maior que a de muitos assassinos e até quem defendesse o fim da restrição à liberdade para crimes contra o sistema financeiro. De fato, quase um século é uma pena duríssima, e é certo que ela será reformada para muito menos nos tribunais superiores.
- (D) Ainda assim, é preciso punir com cana dura a dona da Daslu e seus cúmplices, se o Brasil quiser figurar no rol das nações civilizadas. Pelo simples fato de que sonegação, o objetivo final das patranhas da quadrilha do luxo, é roubo – e do pior tipo. “Sonegar é o mesmo que surrupiar dinheiro de toda a sociedade”, diz Celso Três, procurador da República.
- (E) A dinheirama sonegada pela Daslu poderia ter tapado buracos letais em estradas, equipado melhor policiais que morreram enfrentando traficantes ou impedido que doentes sucumbissem na fila de hospitais superlotados. Ou seja, assim como a corrupção, a sonegação também mata.

08. Para cada lacuna abaixo são propostas duas formas de preenchimento. Assinale a opção em que as duas propostas complementam de maneira coerente e gramaticalmente correta o texto.

Na integração lavoura-pecuária, o importante é que _____ (A) _____ planejamentos inteligentes, com avaliação das condições do local, além da finalidade _____ (B) _____ se destina o reflorestamento, o que _____ (C) _____ a escolha da espécie e o espaçamento _____ (D) _____. Geralmente, as mudas arbóreas são plantadas em fileiras simples ou _____ (E) _____, com vários tipos de espaçamento.

(www.estadao.com.br/suplementos, em 04/03/2009, com adaptação)

- (A) seja feitos / sejam feitos
 (B) que / a que
 (C) permite / percebe
 (D) adequado / adequados
 (E) dupla / duplas

09. Assinale o único trecho inteiramente correto, em relação ao uso dos sinais de pontuação.

- (A) "Foi muito bom estrear assim, com dois gols, diante dessa torcida maravilhosa, aqui no Maracanã", comentou Fred, enquanto recebia aplausos do público.
 (B) "Foi muito bom, estrear assim, com dois gols, diante dessa torcida maravilhosa aqui no Maracanã", comentou Fred, enquanto recebia aplausos do público.
 (C) "Foi muito bom estrear, assim, com dois gols, diante dessa torcida maravilhosa aqui, no Maracanã", comentou Fred; enquanto recebia aplausos do público.
 (D) "Foi muito bom estrear, assim com dois gols, diante dessa torcida maravilhosa, aqui no Maracanã" comentou Fred, enquanto recebia aplausos do público.
 (E) "Foi muito bom, estrear assim, com dois gols, diante dessa torcida maravilhosa, aqui no Maracanã", comentou Fred enquanto recebia, aplausos do público.

10. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) A indignação de muita gente não transpõe na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas e assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso, que não leva à ação.
 (B) A indignação de muita gente, não transpõe, na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas, e assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.
 (C) A indignação, de muita gente, não transpõe na maioria dos casos o âmbito das conversas privadas, e assim os valores éticos acomodam-se, no plano raso de um discurso, que não leva à ação.
 (D) A indignação de muita gente não transpõe, na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas, e, assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.

- (E) A indignação de muita gente, não transpõe, na maioria dos casos o âmbito das conversas privadas, e, assim, os valores éticos, acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.

As questões 11 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Ele tem um currículo de dar inveja. Mais de 90% de toda a matéria que vemos no universo é hidrogênio. Ele é fundamental para a vida: compõe a água e quase toda matéria orgânica, além de ser a fonte de energia do Sol, que funde 600 milhões de toneladas desse gás por segundo. Ele também inspirou muitas das pesquisas mais importantes do último século — foi pesquisando o hidrogênio que os cientistas descobriram desde a origem do universo até os elementos que compõem os átomos. Ele também abastece as naves que levam o homem ao espaço (e às vezes as transformam em bola de fogo).

Já é bastante, mas espera-se dele ainda mais. A humanidade depende do hidrogênio para, daqui a no máximo 50 anos, mover indústrias, carros e aviões. Ele pode ser extraído da água a um custo irrisório e gerar energia. A única substância emitida é o vapor — uma coisa da qual nem o mais ferrenho dos ecologistas irá se queixar. Há sinais de que podemos cumprir esse prazo. As principais tecnologias necessárias para que essa revolução aconteça já existem, mas ainda há um longo caminho até que elas se tornem comercialmente viáveis. Por isso, as pesquisas nessa área gastam entre 1 e 2 bilhões de dólares por ano, e as cifras devem aumentar. A comunidade europeia e o governo norte-americano anunciaram, nos últimos meses, fundos para esses estudos que, somados, representam 3,2 bilhões de dólares.

Quais os motivos para gastar tanto dinheiro? O primeiro é que, um dia, o petróleo vai acabar. Há uma enorme polêmica sobre quando as reservas atuais irão se extinguir, mas sabe-se que a era do petróleo barato não irá durar mais do que 40 anos. Os geólogos pessimistas afirmam que o pico da produção mundial ocorrerá ainda nesta década, e que daí em diante os preços aumentarão rapidamente, tornando o consumo cada vez mais restrito. As diferenças entre as previsões existem porque não há um número exato do tamanho das reservas atuais, dos barris a serem consumidos nos próximos anos e das reservas que ainda podem ser descobertas. Sabe-se, no entanto, que a maior parte das fontes de petróleo remanescentes está no Golfo Pérsico. Dependem dos países do Oriente Médio para fornecer um insumo que hoje é responsável por 40% da energia consumida no mundo é algo que não agrada aos países desenvolvidos. Restarão ainda fontes de petróleo em outros minérios, como o xisto e a areia de alcatrão, mas que são muito mais caras e poluentes.

(Superinteressante, março 2003)

11. A afirmação correta a respeito do texto é:

- (A) os especialistas dispõem de um cálculo preciso das fontes de petróleo, para controlar as reservas disponíveis, especialmente nos países do Oriente Médio.
 (B) existem outros minérios, como o xisto e a areia de alcatrão, que poderão fornecer combustível abundante e barato, no futuro.
 (C) há diversos fatores, impossíveis de calcular no momento, que dificultam uma previsão exata da

- oferta de petróleo, como combustível, em todo o mundo.
- (D) pesquisadores de todo o mundo ainda tentam desenvolver nova tecnologia que permita obter grandes quantidades de hidrogênio a partir de matéria orgânica.
- (E) no momento atual, a única possibilidade de garantir o fornecimento de petróleo é restringir seu uso, até que surjam fontes alternativas de combustíveis.
12. O argumento principal utilizado no texto para justificar os altos investimentos em pesquisas é a
- (A) existência de outros tipos de minérios como fontes de petróleo.
- (B) poluição do meio ambiente, resultante da queima de petróleo.
- (C) necessidade de se descobrirem novas reservas de energia, longe do Oriente Médio.
- (D) busca de novas fontes de energia no espaço, especialmente as que alimentam o Sol.
- (E) possibilidade de extinção das reservas de petróleo, em todo o mundo.
13. – *uma coisa da qual nem o mais ferrenho dos ecologistas irá se queixar.* (2º parágrafo)
- A observação acima traduz a ideia de que o hidrogênio seria uma fonte de energia que
- (A) deverá competir com o petróleo, nos próximos 50 anos.
- (B) é bem mais barata que a importação de petróleo atual.
- (C) gera mais energia do que a queima de petróleo.
- (D) não resulta em poluição do meio ambiente.
- (E) estará facilmente disponível na natureza, para todo o mundo.
14. Considere as seguintes afirmações:
- I. O uso do hidrogênio deverá tornar-se futuramente a melhor alternativa, como combustível, para o petróleo.
- II. A maior dificuldade, no momento, para o uso do hidrogênio como combustível está nos custos de sua comercialização.
- III. O hidrogênio já vem substituindo o petróleo, atualmente, com bastante eficácia e ainda com a vantagem de ser mais barato.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) II, somente.
- (E) I, somente.
15. *Ele é fundamental para a vida: compõe a água e quase toda matéria orgânica ...* (1º parágrafo)
- Os dois-pontos introduzem na frase acima, considerando-se o contexto,
- (A) explicação.
- (B) condição.
- (C) restrição.
- (D) finalidade.
- (E) comentário desnecessário.
16. Se há iniciativa e astúcia na ação do homem injusto, não há iniciativa e astúcia no bom cidadão que, apesar de indignado, não confere à iniciativa e à astúcia o mesmo valor que o mau reconhece na iniciativa e na astúcia.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente,
- (A) há elas - não as confere - reconhece nelas.
- (B) as há - não lhes confere - nelas reconhece.
- (C) as há - não confere-lhes - as reconhece.
- (D) há as mesmas - não lhes confere - reconhece-lhes.
- (E) há estas - não as confere - nelas reconhece.
17. "Ao vivo, o coração comanda. Por e-mail é o cérebro que dá as cartas."
- Assinale a opção que reescreve adequadamente as orações acima em um período composto por subordinação, mantendo a idéia principal.
- (A) Ao vivo, o coração comanda quando, por e-mail, é o cérebro que dá as cartas.
- (B) Caso, ao vivo, o coração comande, por e-mail, é o cérebro que dá as cartas.
- (C) Ao vivo, o coração comanda no mesmo tempo em que, por e-mail, o cérebro é que dá as cartas.
- (D) Se ao vivo o coração comandar, por e-mail é o cérebro que dá as cartas.
- (E) Ao vivo, o coração comanda enquanto que, por e-mail, é o cérebro que dá as cartas.
18. "Todos podem conseguir um viver melhor desde que haja uma firme decisão de se cuidar."
- A segunda oração do período acima estabelece com a anterior uma relação de:
- (A) causa.
- (B) tempo.
- (C) conclusão.
- (D) concessão.
- (E) condição.
19. Analise as frases.
- Desejavam saber o preço _____ venderiam o camarão.
- Com cenário iluminado, a pesca na lagoa foi a mais bonita _____ assistiu.
- O barco _____ estavam os que se dirigiam ao porto passava distante dos pescadores.
- Tendo em vista a regência verbal, as frases acima se completam, respectivamente, com
- (A) de que / em que / com que
- (B) de que / em que / do qual

- (C) pelo qual / a que / em que
- (D) pelo qual / que / de que
- (E) com o qual / com que / em que

20. Considere as afirmações a seguir sobre o emprego dos pronomes nas frases.

- I – “O vento da noite cortava-lhes o lombo.” – Pronome pessoal com sentido possessivo.
- II – “Os pescadores de largo curso olhavam para eles com certo desprezo.” – Pronome indefinido atenuando o sentido do substantivo **desprezo**.
- III – “era como se **todo** o mundo se aproximasse para aconchegá-los.” – Pronome indefinido **todo** equivalendo a **qualquer**.

Pode-se dizer que é ou são verdadeiros apenas a(s) afirmação(ões):

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO
Professores Suzuki e Acácio

21 – Se é verdade que “todos os corintianos são felizes” e “alguns paranaenses são corintianos”, então é necessariamente verdade que:

- (A) todo feliz é corintiano
- (B) todo corintiano é paranaense
- (C) algum paranaense é feliz
- (D) nenhum feliz é paranaense
- (E) nenhum paranaense não é feliz

22 – Uma sentença logicamente equivalente a “Se viajo para Paris, então sou rico” é:

- (A) Se não viajo para Paris, então não sou rico.
- (B) Se sou rico, então viajo para Paris.
- (C) Só sou rico caso eu viaje para Paris.
- (D) Se não sou rico, então não viajo para Paris.
- (E) Passo no concurso se, e somente se, pago almoço ao Suzuki.

23 - Se João é advogado, então Roberto é delegado. Se Luiza é dentista, então Ricardo é professor. João é advogado ou Luiza é dentista. Sabe-se que Ricardo não é professor, logo:

- (A) Roberto é delegado e Luiza não é dentista.
- (B) João é advogado e Luiza é dentista.
- (C) João não é advogado ou Luiza é dentista.
- (D) Luiza não é dentista e Roberto não é delegado.
- (E) João é advogado e Ricardo é professor.

24 – No livro Alice no País dos Enigmas, o professor de matemática e lógica Raymond Smullyan apresenta vários desafios ao raciocínio lógico que têm como obje-

vo distinguir-se entre verdadeiro e falso. Considere o seguinte desafio inspirado nos enigmas de Smullyan.

Duas pessoas carregam fichas nas cores branca e preta. Quando a primeira pessoa carrega a ficha branca, ela fala somente a verdade, mas, quando carrega a ficha preta, ela fala somente mentiras. Por outro lado, quando a segunda pessoa carrega a ficha branca, ela fala somente mentira, mas, quando carrega a ficha preta, fala somente verdades.

Se a primeira pessoa diz “Nossas fichas não são da mesma cor” e a segunda pessoa diz “Nossas fichas são da mesma cor”, então, pode-se concluir que a segunda pessoa necessariamente:

- (A) carrega a ficha branca.
- (B) fala somente mentira.
- (C) fala somente verdade.
- (D) carrega ficha de cor diferente da primeira pessoa.
- (E) é muito legal.

25 – Dizer que não é verdade que “Fui à festa e me diverti” é logicamente equivalente a:

- (A) Não fui à festa e não me diverti.
- (B) Não fui à festa ou não me diverti.
- (C) Se fui à festa, então me diverti.
- (D) Não fui à festa ou me diverti.
- (E) Fui à festa se, e somente se, me diverti.

26. Dunga convocou para a seleção brasileira de futebol 20 jogadores. Entre estes 4 atacantes, 7 meio campistas, 6 zagueiros e 3 goleiros. Quantos times diferentes podem ser formados utilizando 1 goleiro, 4 zagueiros, 3 meio campistas e 3 atacantes?

- (A) 504
- (B) 6300
- (C) 36
- (D) $C_{20,11}$
- (E) 4900

27. Feita uma pesquisa entre os motoristas de Maringá, constatou-se que: entre os 400 entrevistados, 180 admitem atender ao telefone celular enquanto dirigem; 130 admitem tomar, ao menos uma vez por semana, algum tipo de bebida alcoólica antes de dirigir; e 160 afirmam não pertencer a nenhum desses dois grupos. Em termos percentuais, quantos motoristas, dentre os entrevistados, admitiram beber e atender ao telefone celular enquanto dirigem?

- (A) 12,5%
- (B) 77,5%
- (C) 85,0%
- (D) 10,0%
- (E) 17,5%

28. Considere todos os números naturais de três algarismos, se selecionarmos um desses números ao acaso, qual é a probabilidade de que não tenha todos os seus algarismos iguais?
- (A) 99%
(B) 81%
(C) 72%
(D) 63%
(E) 54%
29. Dos 500 alunos entrevistados em um determinado colégio, 240 praticavam futebol, 180 frequentavam um curso de idiomas e 120 realizavam as duas atividades. Se, nesse grupo de 500 estudantes um é escolhido ao acaso, a probabilidade de que ele realize ao menos uma dessas duas atividades é:
- (A) 21/25
(B) Aproximadamente 60%
(C) 3/5
(D) 300/540
(E) maior que 100% pois são 540 alunos (240 + 180 + 120) num grupo de 500.
30. Dispondo de cinco cores (Azul, Verde, Rosa, Cinza e Marrom), de quantas maneiras diferentes podemos pintar a região sul do Brasil sem que dois estados vizinhos sejam pintados da mesma cor? Em quantas o Paraná estará pintado de rosa?
- (A) 16 e 80
(B) 125 e 25
(C) 60 e 12
(D) 80 e 16
(E) 25 e 125
- CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA**
Prof Valdir França Scarci
- 31 - A parte da CPU responsável pelo processamento propriamente dito é a unidade:
- (A) de controle
(B) aritmética e lógica
(C) registradores
(D) de memória virtual
(E) de memória cachê
- 32 - O processo que prepara o disco rígido para gravação, dividindo-o em trilhas e setores é denominado:
- (A) formatação
(B) FAT – *file allocation table*
(C) NTFS
(D) Scandisk
(E) Desfragmentação
- 33 - Analise as seguintes afirmações relativas a conceitos básicos de Internet e Intranet:
- I. O protocolo de comunicação que pode ser utilizado na Internet e em uma Intranet é o IPX/SPX.
II. Quando você envia uma mensagem do seu computador para a Internet, ela passa primeiro pelo servidor POP configurado em seu aplicativo de correio eletrônico.
III. URL é o endereço completo de uma página ou recurso na Web.
IV. *Backbones* são a espinha dorsal da Internet, que fazem a conexão entre roteadores em alta velocidade.
- Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.
- (A) I e II
(B) II e III
(C) III e IV
(D) I e III
(E) I e IV
- 34 – No BrOffice Writer, a opção que permite ao usuário configurar o tamanho do papel, a orientação e as margens é:
- (A) Menu **Arquivo**, opção **Configurar Página**
(B) Menu **Editar**, opção **Configurar Página**
(C) Menu **Ferramentas**, opção **Formatar Página**
(D) Menu **Arquivo**, opção **Formatar Página**
(E) Menu **Formatar**, opção **Página**
- 35 - No BrOffice Writer, uma maneira de se inserir a numeração de páginas seria:
- (A) Clicar no menu **Inserir**, clicar em **Caractere Especial** e clicar sobre a opção **Número da Página**
(B) Clicar no menu **Inserir**, clicar em **Caractere Especial** e clicar **Exibir Numeração de Páginas**
(C) Clicar no menu **Inserir**, posicionar o apontador do mouse sobre a opção **Objeto** e clicar em **Número da Página**
(D) Clicar no menu **Inserir**, posicionar o apontador do mouse sobre a opção **Campos** e clicar em **Número da Página**
(E) Clicar no menu **Exibir**, posicionar o apontador do mouse sobre a opção **Campos** e clicar em **Número da Página**
- 36 - Usuários da Internet utilizam nomes amigáveis para acessar sites. Para que a localização seja bem sucedida, o nome amigável deverá ser traduzido para um endereço numérico chamado de endereço IP. Qual o nome do mecanismo de tradução?
- (A) TCP/IP
(B) Hyper Text Transfer Protocol
(C) World Wide Web
(D) Domain Name System
(E) Browser

- 37 - No Windows Explorer que acompanha o Windows XP, o atalho de teclado que permite selecionar todo o conteúdo de uma pasta é:
- (A) CTRL + V
 (B) SHIFIT + DEL
 (C) CTRL + F
 (D) CTRL + A
 (E) Não há atalho de teclado para a ação de selecionar tudo.
- 38 – Considerando-se os conceitos de CALC, escolha a opção que descreve os seguintes intervalos respectivamente: E7:G11, J13:J19 e C4:G4
- (A) Único, Individual e Singular
 (B) Duplo, Triplo e quádruplo
 (C) Vertical, Retangular e Horizontal
 (D) Horizontal, Vertical e Retangular
 (E) Retangular, Vertical e Horizontal
- 39 - Em uma célula do Excel é inserida a seguinte expressão matemática: $=(2+100/50)^2*5$, após a resolução desta expressão qual será o valor exibido na célula.
- (A) 20,8
 (B) 4,16
 (C) 124,16
 (D) 120,8
 (E) 80
- 40 - No menu **Ferramentas** do Word 2003 existe uma opção chamada **AutoResumo**, que oferece ao usuário recursos para:
- (A) Resumir um documento automaticamente.
 (B) Ajustar as opções de AutoCorreção
 (C) Ajustar as opções de AutoTexto
 (D) Ajustar as opções de correção Ortográfica e Gramatical
 (E) Ler o manual do Word de forma resumida
- 41 - Aponte, dentre as alternativas abaixo, aquela que contraria o texto da Lei de Licitações.
- (A) A licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
 (B) A licitação será processada e julgada de acordo com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e publicidade.
 (C) A licitação será processada e julgada de acordo com os princípios da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento subjetivo.
- (D) A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública.
 (E) A licitação é obrigatória para a administração pública direta.
- 42 - Aponte, dentre as alternativas abaixo, aquela que se encontra em desacordo com a Lei de Licitações, no tocante às compras realizadas pela Administração Pública.
- (A) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
 (B) Nas compras deverá ser observada a especificação completa do bem a ser adquirido, com indicação da marca.
 (C) Nas compras deverá ser observada a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação.
 (D) Nas compras deverão ser observadas as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.
 (E) A processo de licitação visa a escolha de proposta que seja mais vantajosa para a administração pública.
- 43 - Escolha, dentre as alternativas abaixo, aquela que indica corretamente todas as modalidades de licitação previstas na Lei de Licitações.
- (A) Concorrência, tomada de preços e convite.
 (B) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e sorteio.
 (C) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso.
 (D) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
 (E) Concorrência, toada de preços e leilão.

CONH.BÁSICOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO
Prof Laert Mantovani Junior

- 44 - A supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, realizada pela Administração – e somente por ela –, pelo fato de não mais lhe ser conveniente a subsistência daquele, é identificada como:
- (A) revogação.
 (B) extinção.
 (C) anulação.
 (D) cassação.
 (E) expropriação

- 45 - O elemento ou requisito do ato administrativo que exige do agente público atribuição decorrente da lei para a prática daquele tipo de ato É:
- (A) capacidade;
 (B) legalidade;
 (C) impessoalidade;
 (D) finalidade;
 (E) competência.
- 46 - Indique a alternativa que não corresponde à hipótese de vacância de cargo público, de acordo com as regras do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
- (A) Exoneração.
 (B) Reversão.
 (C) Readaptação.
 (D) Promoção.
 (E) falecimento
- 47 - Indique a alternativa que não corresponde à hipótese de provimento de cargo público, de acordo com as regras do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
- (A) Reintegração.
 (B) Readaptação.
 (C) Reversão.
 (D) Disponibilidade.
 (E) nomeação
- 48) Em matéria de cargo público observa-se que
- a) a readaptação é forma de provimento e vacância de cargo público.
 (B) a investidura no cargo ocorre somente após o exercício pelo servidor.
 (C) a posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo ou função.
 (D) a nomeação é destinada exclusivamente aos cargos em comissão.
 (E) este é criado obrigatoriamente por decreto do Chefe do Executivo.
- 49 - No que se refere à vacância de cargo público, é certo que
- (A) esta não decorrerá da posse em outro cargo inacumulável.
 (B) a demissão de cargo em comissão é obrigatória quatro anos após o provimento.
 (C) a exoneração do cargo efetivo poderá dar-se de ofício.
 (D) a exoneração do cargo em comissão só é possível a pedido, e a demissão a juízo da autoridade.
 (E) esta só pode decorrer de aposentadoria, falecimento e demissão.
- 50 - Quando a lei deixa certa margem para atividade pessoal do administrador na escolha da oportunidade ou da conveniência do ato, a exemplo da determinação de mão única ou mão dupla de trânsito numa via pública, está presente o ato administrativo
- (A) de gestão.
 (B) arbitrário.
 (C) vinculado.
 (D) discricionário.
 (E) atípico.

CONH.BÁSICOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL
Prof Laert Mantovani Junior

- 51) A Constituição Federal, no seu art. 37, impõe à Administração Pública, direta e indireta, a obrigatoriedade de obediência a vários princípios básicos, mas entre os quais não se inclui a observância da
- (A) eficiência.
 (B) imprescritibilidade.
 (C) impessoalidade.
 (D) legalidade.
 (E) moralidade.
- 52) As vedações constitucionais de acumular cargos, empregos e funções no setor público excepcionam os casos de:
- (A) três cargos/empregos de médico.
 (B) três cargos/empregos de professor.
 (C) dois cargos/empregos de professor.
 (D) dois cargos/empregos comissionados de confiança.
 (E) dois cargos/empregos técnicos científicos, que não de médico ou professor.
- 53) Assinale a opção correta.
- (A) A Constituição enumera exaustivamente os direitos e garantias dos indivíduos, sendo inconstitucional o tratado que institua outros, não previstos pelo constituinte.
 (B) A Constituição em vigor admite que um brasileiro disponha de dupla nacionalidade.
 (C) O estrangeiro naturalizado brasileiro pode exercer todos os direitos previstos constitucionalmente para os brasileiros natos.
 (D) A liberdade de manifestação de pensamento pode ser exercida de modo anônimo, se assim o preferir o indivíduo.

- (E) Pela ofensa à sua honra, a vítima pode receber indenização por dano moral, mas não por danos materiais.
- 54)** A respeito da ação popular é correto dizer:
- (A) Toda ação popular contra Ministro de Estado ou Presidente da República deve ser ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal.
- (B) O estrangeiro pode ajuizar a ação popular, desde que para defender um direito seu, violado pelo ato atacado na demanda.
- (C) Pode-se propor ação popular visando a anular ato administrativo que ofenda, a um só tempo, a moralidade administrativa e o patrimônio público.
- (D) Os sindicatos e as associações de classe de âmbito nacional têm legitimidade para propor ação popular.
- (E) Somente o Ministério Público pode propor ação popular.
- 55)** A Constituição Federal, em seu título II, capítulo I, prevê os Direitos e Garantias Fundamentais e os direitos e deveres individuais e coletivos e, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem, EXCETO:
- (A) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- (B) Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.
- (C) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- (D) Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, mas não tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- (E) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- 56)** Sobre os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:
- (A) no sistema de direitos fundamentais adotado pelo Brasil, que protege a liberdade de culto, um brasileiro pode invocar motivação religiosa para deixar de cumprir obrigação a todos imposta ou a prestação alternativa fixada pelo Estado;
- (B) a interceptação telefônica somente poderá ser autorizada, por autoridade judiciária, para Instrução processual de qualquer natureza ou para fins de investigação;
- (C) de acordo com a Constituição, as comissões parlamentares de inquérito têm os mesmos poderes de investigação da autoridade judicial. Nesse sentido, a C.P.I pode determinar a interceptação telefônica para fins de investigação;
- (D) a atividade de uma associação poderá ser suspensa compulsoriamente por decisão judicial que ainda não transitou em julgado;
- (E) nas situações expressamente previstas na Constituição, para preservar a segurança do Estado ou o pleno exercício do Poder de Polícia, poderá ser imposta censura aos meios de comunicação.
- 57)** Sobre as normas relativas aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:
- (A) o direito a obtenção de certidão e de atestado junto às repartições públicas encontra-se expressamente previsto na Constituição, junto com o direito de petição;
- (B) não há lei regulamentando o processo de mandado de injunção, o que impede a sua utilização;
- (C) poderá ser usado o mandado de segurança ou o *habeas data* quando uma autoridade não permitir o acesso de interessado ao conteúdo das informações a seu respeito existentes em banco de dados público;
- (D) a Constituição isentou o impetrante do mandado de segurança e da ação popular do pagamento de custas e honorários advocatícios, salvo comprovada má fé;
- (E) a lei pode criar outras hipóteses de *habeas data* além das que estão previstas na Constituição.
- 58)** Assinale a opção correta.
- (A) Mesmo que a violação à intimidade de uma pessoa não lhe tenha causado nenhum prejuízo material, ainda assim, esta mesma pessoa tem o direito a indenização por danos morais.
- (B) Como regra, uma profissão somente pode ser exercida pelos indivíduos depois de a lei tê-la regulamentado, fixando qualificações profissionais que devem ser necessariamente atendidas.
- (C) Os direitos e garantias individuais consagrados na Constituição Federal, como regra, somente geram direitos subjetivos aos indivíduos depois de regulados pelo legislador ordinário.
- (D) A não ser durante o dia, e por determinação judicial, ninguém pode entrar na casa de outrem sem o seu consentimento expresso.
- (E) O exercício legítimo do direito de reunião em locais abertos ao público depende de prévia autorização da autoridade pública competente em matéria de segurança pública.
- 59)** Sobre organização político administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.
- (A) Observados os limites constitucionais, a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar será disciplinada em lei distrital.
- (B) O decreto de intervenção do Estado no município sempre deverá especificar a amplitude, o prazo e as condições de execução, sendo submetido à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
- (C) A intervenção da União no Estado, com vistas a reorganizar as finanças da unidade da Federação,

dar-se-á apenas na hipótese de suspensão do pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.

- (D) O pressuposto formal para que a União decreta a intervenção em um Estado por ter ele deixado de prestar contas da administração pública direta e indireta é a simples constatação da ocorrência do fato.
- (E) Em relação aos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, lei complementar federal disporá sobre as eleições para a Câmara Territorial e sua competência deliberativa.

60) Sobre organização político administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- (A) É competência remanescente dos Estados implantarem política de educação para a segurança do trânsito.
- (B) Em face de emenda constitucional, o subsídio dos Deputados Estaduais têm por limite a remuneração dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) É vedado ao Governador do Estado assumir qualquer cargo ou função na administração pública direta, sob pena de perda do seu mandato eletivo.
- (D) Os subsídios dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- (E) Pertencem aos Estados as ilhas fluviais localizadas em seu território, que não se situem na zona limítrofe com outros países.

CONH.BÁSICOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Professora Denise Scarpin

61- É vedado à União:

- (A) Cobrar taxas em razão do poder de polícia
- (B) Instituir empréstimo compulsório em caso de guerra ou calamidade pública
- (C) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído
- (D) Instituir impostos sobre exportação de produtos nacionais
- (E) Exigir obrigações acessórias

62- Com referência a tributo, é **correto** afirmar que:

- (A) tributo é a prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, que não constitua sanção de ato ilícito, ressalvado o caso de ato ilícito que requeira reparação em virtude de guerra.
- (B) são espécies tributárias, entre outras, imposto, taxa, contribuição em favor de categoria profissional, preço público e contribuição de intervenção no domínio econômico.
- (C) tributo é toda prestação pecuniária ou serviço compulsório, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito,

instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

- (D) tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (E) tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

63- Podem ter suas alíquotas alteradas por ato do executivo, vigorando aumento de imediato, sem obedecer ao princípio da anterioridade:

- (A) Os empréstimos compulsórios para investimentos relevantes, o imposto extraordinário de guerra, o IPI e o ICMS
- (B) O imposto de importação, o de exportação, o IPI e o ICMS
- (C) O imposto de renda, o imposto de importação, o de exportação, o IPI e o IOF.
- (D) O imposto sobre propriedade rural, o Imposto sobre serviço, o imposto de importação e o imposto de exportação
- (E) O imposto sobre produtos industrializados, o imposto sobre operações financeiras, o imposto de importação e o de exportação

64 – O crédito tributário:

- (A) provém da inscrição da dívida tributária nos livros próprios.
- (B) decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- (C) é um direito do sujeito passivo garantido pela Constituição Federal
- (D) decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.
- (E) é um direito do sujeito passivo previsto na legislação do IPI e do ICMS.

65- Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - o princípio da legalidade determina que os tributos serão instituídos ou aumentados por lei, sem qualquer exceção
 - II - o princípio da anterioridade veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou, com algumas exceções
 - III - o princípio da noventena determina que todos os tributos só poderão entrar em vigor depois de 90 dias da publicação da lei que os houver instituído ou aumentado, com exceção somente do Imposto de Importação, Imposto de Exportação e o Imposto sobre Produto Industrializado
- (A) as afirmativas I e II são incorretas
 - (B) as afirmativas II e III são incorretas

- (C) as afirmativas I e III são incorretas
- (D) somente a afirmativa I é incorreta
- (E) somente a afirmativa II é incorreta

- (D) extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do pagamento.
- (E) exclui o crédito tributário.

66 – O lançamento:

- (A) não verifica a ocorrência do fato gerador, mas determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.
- (B) verifica a ocorrência do fato gerador, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.
- (C) verifica a ocorrência do fato gerador, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo.
- (D) determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo.
- (E) determina a matéria tributável e calcula o montante do tributo devido.

67 – O lançamento que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa chama-se:

- (A) direto.
- (B) por declaração.
- (C) Discricionário.
- (D) por homologação.
- (E) de ofício

68- Com respeito ao Sistema Tributário Nacional:

- I) para que o Estado possa arrecadar taxa há necessidade de o usuário ou destinatário do serviço público vir a fazer uso efetivo dele;
 - II) o imposto territorial rural é de competência da união;
 - III) o imposto sobre produtos industrializados é de competência dos Estados;
 - IV) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- (A) apenas as afirmativas III e IV são corretas
 - (B) apenas as afirmativas I e II são corretas
 - (C) apenas as afirmativas II e III são corretas
 - (D) apenas as afirmativas I e IV são corretas
 - (E) apenas as afirmativas II e IV são corretas

69 – O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos da questão anterior:

- (A) extingue o crédito.
- (C) não extingue o débito.
- (C) suspende o crédito tributário até a última homologação do pagamento.

- 70 – A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir:
- (A) pelo crédito tributário e os juros de mora acrescido.
 - (B) pelo crédito e juros de mora acrescidos, não se excluindo a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.
 - (C) pelo crédito tributário.
 - (D) pelo crédito tributário, não se excluindo a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.
 - (E) somente pela responsabilidade criminal e funcional.

CONH.BÁSICOS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO Professora Adriana Regina Mariano

71 - Acerca dos princípios constitucionais relativos à seguridade social, observe as declarações a seguir.

- I - A seguridade é organizada de forma a preservar o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados. Um exemplo destes órgãos é o Conselho Nacional da Previdência Social.
- II - Os mais afortunados devem contribuir com mais, tendo em vista os poucos recursos e contribuições de outros. Nesta hipótese vislumbra-se a presença do princípio da equidade na forma de participação no custeio, baseando-se na capacidade econômica dos contribuintes.
- III - Josuel e Mariângela são casados e possuem um filho em comum de dez anos de idade. Josuel trabalha como auxiliar de produção em uma indústria automobilística e recebe remuneração no valor de R\$ 1.200,00, não fazendo jus a salário família, enquanto Mariângela trabalha como vendedora em uma loja e recebe remuneração no valor de R\$ 600,00, tendo direito a salário família por se tratar de trabalhadora de baixa renda. Nessa situação está sendo aplicado, especificamente, o princípio constitucional da universalidade na cobertura e no atendimento.

A respeito das declarações acima, entende-se como correto(s) o(s) item(ens):

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

72 - A respeito do Conselho Nacional da Previdência Social – CNPS, Conselho de Previdência Social – CPS e Conselho de Recursos da Previdência Social, assinale V para verdadeiro e F para Falso.

- O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de dez dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros.
- O Conselho da Previdência Social – CPS é uma unidade descentralizada do CNPS, funcionando junto às Gerências Executivas do INSS, os representantes dos empregados, empregadores, aposentados e pensionistas são indicados pelas centrais sindicais e confederações.
- O Conselho de Recursos da Previdência Social é órgão de controle jurisdicional das decisões do Instituto Nacional de Seguro Social, nos processos de interesse dos beneficiários e dos contribuintes da seguridade social, compreendendo vinte e nove Juntas de Recursos e seis Câmaras de Julgamento, sendo que estas são compostas por dois representantes do governo, dois das empresas e dois dos trabalhadores.
- De acordo com a legislação previdenciária, os membros do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- Dentre os membros do CNPS encontram-se nove representantes da sociedade civil, sendo três deles representantes dos aposentados e pensionistas. Dentre as competências atribuídas ao CNPS encontra-se a de apreciar e aprovar os planos e programas da previdência social.

A sequência correta para assinalamento dos itens acima é:

- (A) F – V – F – F – V
- (B) F – F – F – V – V
- (C) V – F – V – V – V
- (D) F – F – F – F – F
- (E) V – F – F – V – V

73 – Assinale a única alternativa correta em relação ao salário de contribuição.

- (A) O salário de contribuição do empregado e trabalhador avulso é a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, inclusive as gorjetas e ganhos habituais sob a forma de utilidades, não alcançando jamais o valor total das diárias recebidas, se vinculadas ao custeio de despesas de viagens.
- (B) Não integra o salário de contribuição o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico hospitalares e outras similares, inde-

pendentemente do número de empregados abrangidos por estes serviços.

- (C) João foi contratado por três meses para trabalhar no comércio varejista em razão do aumento nas vendas de final de ano. Ocorre que, trinta dias após sua contratação, o seu empregador resolveu dispensá-lo, sem justa causa, pagando metade da remuneração que faltava para terminar o contrato. Nesta hipótese, sobre este valor incidirá contribuição previdenciária.
- (D) Joaquim foi contratado pela empresa Ômega Ltda, em 10/02/2005, para o cargo de auxiliar de produção. Em 10/03/2006 Joaquim gozou e recebeu férias no total de vinte dias, inclusive com acréscimo de um terço constitucional, oportunidade em que recebeu também abono pecuniário pela venda de dez dias de suas férias. Nesta situação, deve incidir contribuição social sobre todos os valores recebidos por Joaquim a título de férias, inclusive sobre o abono pecuniário.
- (E) A alternativa D acima ficaria correta se a parte final fosse retirada, pois não incide contribuição social sobre o abono de férias (abono pecuniário recebido pela venda das férias).

74 - A Seguridade Social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, de acordo com a Constituição Federal de 1988. Essas ações são destinadas a ASSEGURAR:

- (A) os direitos relativos à previdência, assistência social, saúde e educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento
- (B) os benefícios previdenciários e o direito à assistência social, independentemente da equidade na forma de participação no custeio, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento
- (C) os direitos relativos à saúde, assistência social e à educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento
- (D) os direitos relativos à saúde, assistência social e à previdência, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento
- (E) os direitos relativos à previdência, assistência social e à educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.

75 - A Constituição Federal de 1988 estabelece que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, inclusive com contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, em se tratando de financiamento da Seguridade Social. Com base nisso, avalie as seguintes afirmações.

- I - A contribuição devida pela agroindústria, cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros é de dois por cento destinados à Seguridade Social e zero vírgula um por cento para o SAT, incidentes sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção, em substituição à alíquota de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, no decorrer do

mês, aos segurados empregado e trabalhador avulso e um, dois ou três por cento, dependendo do grau de risco de acidente de trabalho.

II - Ômega Ltda é uma grande indústria que possui mais de 300 empregados, nos últimos três anos o balanço anual demonstrou que ela obteve lucro acima da média do mercado e continua obtendo. Nesta hipótese, é correto afirmar que além de outras contribuições destinadas à Seguridade Social, Ômega Ltda contribuirá com COFINS, cuja alíquota é de 7,6 % sobre o faturamento mensal, PIS, cuja alíquota é de 1,65% sobre faturamento mensal, considerando que se trata de lucro real, além da CSLL, cuja alíquota é de 9% sobre o lucro real.

III - Beta Ltda é uma empresa de arrendamento mercantil. Dentre outras contribuições devidas à Seguridade Social, Beta Ltda deve contribuir com 22,5%, cuja base é o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título aos segurados empregado, trabalhador avulso ou contribuinte individual a seu serviço, no decorrer do mês.

Pode-se dizer que está(ão) correta(s):

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

76 - Consoante a Constituição Federal, as orientações dos Tribunais Superiores e o que você entende a respeito das contribuições previdenciárias, assinale a única alternativa correta.

- (A) A seguridade social, de acordo com os princípios constitucionais, deve ser organizada de modo que os benefícios e serviços previdenciários prestados às populações urbanas e rurais devem guardar relação de equivalência e seletividade.
- (B) Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, a definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário.
- (C) Segundo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a inclusão de sócios e administradores de sociedades e titulares de firmas individuais como contribuintes obrigatórios da previdência social.
- (D) O prazo para pagamento das contribuições sobre a remuneração dos empregados domésticos será sempre até o dia 15 do mês subsequente ao da competência.
- (E) Com o advento da Lei nº 11.457/07, somente as atividades relativas à arrecadação das contribuições previdenciárias passou para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, permanecendo a fiscalização ainda a cargo do INSS.

77 - Conforme dispõe o Artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Diante dessa premissa, assinale a opção que está correta:

- (A) O acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação constitui garantia constitucional.
- (B) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, sem a participação da comunidade.
- (C) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, da CF/88, com recursos exclusivamente do orçamento, da seguridade social, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- (D) Independente da lei complementar a instituição de normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.
- (E) As ações e serviços de saúde não são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, com a execução inclusive através de terceiros

78 – Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das normas previdenciárias.

- (A) O dono da obra – independentemente da forma de construção da construção, reforma ou acréscimo – responde pelo pagamento das contribuições previdenciárias cabíveis, juntamente com o construtor. Assiste-lhe o direito de invocar o benefício de ordem e, conforme o caso, o direito de retenção ou o direito de regresso.
- (B) O direito de pleitear restituição de contribuição, em caso de acórdão que reformou decisão condenatória, extingue-se em cinco anos. O prazo, que é decadencial, conta-se a partir da data em que se tornou definitiva a decisão judicial, constituindo coisa julgada.
- (C) O executor de obra de construção civil, dentre outras obrigações, deve: efetuar a matrícula da obra perante a RFB; elaborar GPS, bem como a folha de pagamento para os seus empregados na obra específica; informar mensalmente a RFB, por intermédio da GFIP, os dados relacionados aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outras informações de interesse da RFB.
- (D) A partir do recebimento do AI (Auto de Infração), o interessado tem o prazo de trinta dias para exercer a opção: 1) ou recolher o débito, arcando com os juros da mora e a multa da mora, esta equivalente a 24%, no caso de pagamento à vista, em dinheiro e no mesmo prazo; 2) ou apresentar a sua defesa, que poderá basear-se em provas documental, pericial e testemunhal.
- (E) Na hipótese de pagamento indevido, o contribuinte poderá realizar a integral compensação de contribuições no prazo de cinco anos, contados a partir da data do pagamento indevido. A compensação, efetuada com parcelas de contribuição da mesma espécie, será acrescida dos juros equivalentes à taxa referencial SELIC, quando o valor a ser recolhido não comportar a integridade da compensação.

79 – Entre os objetivos a Seguridade Social na a Constituição Federal, está correto:

- (A) a exaustão na forma de participação no custeio
- (B) a diversidade de atendimento
- (C) a universalidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais
- (D) a unicidade da base de financiamento
- (E) a irredutibilidade do valor dos benefícios

80 - A respeito do mesmo assunto, assinale V para verdadeiro e F para Falso e, depois, indique a alternativa que apresenta, de forma correta, seus assinalamentos.

- O produtor rural pessoa física deve contribuir com dois por cento para a Seguridade Social e zero vírgula um por cento para o SAT, incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural, integrando a base de cálculo da contribuição o produto animal destinado à criação pecuária.
- As associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional contribuirão com o pagamento de cinco por cento da receita líquida resultante dos espetáculos desportivos de que participem em todo o território nacional, em

qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, computadas, dentre outras, as receitas provenientes de quaisquer formas de patrocínio, cabendo à entidade promotora do evento a responsabilidade pela retenção de tais valores e pelo respectivo recolhimento aos cofres da seguridade, no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento.

- Constitui receita da Seguridade Social a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo. A legislação previdenciária vigente considera como renda líquida o total da arrecadação, deduzidos os valores destinados ao pagamento de prêmios, de impostos e de despesas com administração.

A sequência correta para assinalamento dos itens acima é:

- (A) F – F – F
- (B) F – F – V
- (C) F – V – V
- (D) V – V – V
- (E) V – F – F

Os professores do *Curso Sólón Concursos* também são colaboradores da Folha Dirigida On-Line, nossa parceira no Rio de Janeiro → www.folhadirigida.com.br

**PEGUE O GABARITO COMENTADO, CORRIJA
AS QUESTÕES E REFAÇA A PROVA.**

RECURSOS A ESTA PROVA SIMULADA:
*Para recorrer, envie e-mail com sua fundamentação
para secretaria@cursosolon.com.br*



GABARITO

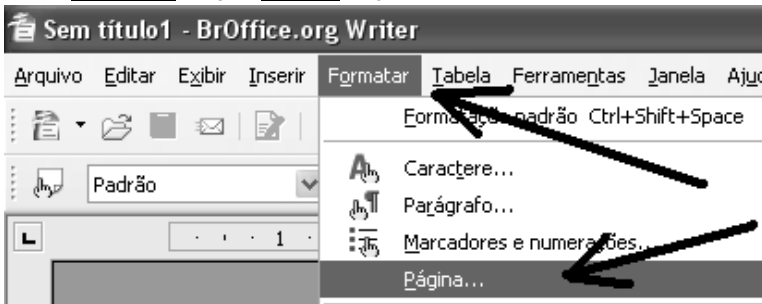
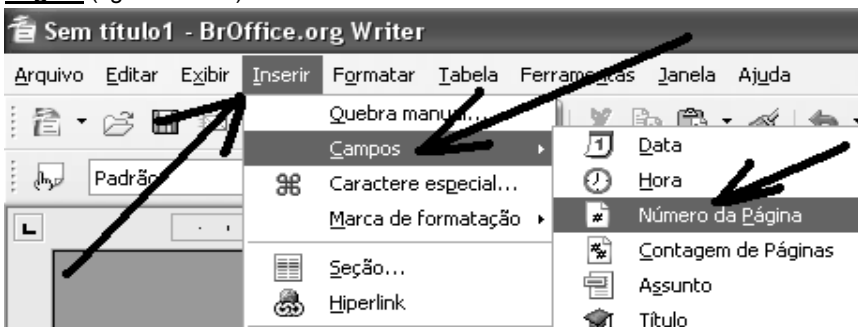
PROVA SIMULADA MF 2009

RESPOSTAS COMENTADAS

LÍNGUA PORTUGUESA – Professor Guerra

01	D	Em questões que envolvem textos, cuidado para não “viajar”. Observe que o enunciado da questão pede para assinalar erro “de acordo com o texto”. Por isso, tome cuidado para não juntar as ideias do texto com as suas próprias ideias e conclusões. Só saia das ideias do texto se o enunciado da questão assim solicitar. Portanto, a alternativa D está incorreta.
02	A	Escreva “econômica” ou “económicas”. As palavras proparoxítonas que recebem acento sobre as vogais “e” ou “o”, poderão ser grafadas com agudo ou circunflexo, desde que antes das letras nasais “m” ou “n”, tendo em vista a diferença de timbre entre a pronúncia do português brasileiro ou lusitano.
03	E	A crase justifica-se pelo encontro ou fusão de uma “a” preposição, exigido pela regência do verbo visar (Ela visa “a” algo), com um “a” artigo que se encontra antes do da palavra feminina “retomada” (que é um substantivo e não um advérbio).
04	C	Nos casos em que o verbo haver fizer a vez do verbo existir, sua conjugação deve ficar no singular (haja), por se tratar, nesse caso, de um verbo impessoal e, portanto, sem sujeito. Devemos considerar como correta a acentuação gráfica sobre a palavra “idéia”, uma vez que o decreto 6583 (que promulgou o novo Acordo Ortográfico) estabelece que coexiste a regra antiga (idéia) e a nova (ideia) até dezembro de 2012. Saiba mais em www.cursosolon.com.br/orto2009/
05	E	A questão cobra conhecimento de regência diante de pronomes relativos. Nesse caso, a preposição exigida pelo verbo pertencer (pertence “a” alguma comunidade) deve estar presente antes do pronome relativo que (“a que”). O mesmo não ocorre nas demais alternativas.
06	E	De acordo com as novas regras ortográficas, o substantivo “polo” e muitas outras palavras perdem o chamado acento diferencial, mantendo-se a obrigatoriedade desse sinal gráfico apenas nos verbos “pôr” (sinônimo de colocar) e “pôde” (pretérito do verbo poder). Saiba mais em www.cursosolon.com.br/orto2009/
07	D	Corrija de “querer” para “quiser” o verbo presente no texto, em razão de ser um verbo irregular no futuro do subjuntivo.
08	D	Quanto posicionado após vários substantivos (espécie e espaçamento), o adjetivo pode concordar com o mais próximo (adequado) ou com ambos (adequados).
09	A	Para entender melhor o emprego da vírgula, melhor falar quando ela não é usada. Evite vírgula quando estiverem juntos o sujeito e o verbo. Da mesma forma, evite quando estiverem juntos o verbo e o seu complemento. Portanto, escreva sem vírgula “Fred marcou dois gols”, mas escreva com vírgula: “Fred, revelação do Cruzeiro, marcou, diante de sua nova torcida, dois gols”.
10	D	Vale para esta questão (e para quase todas as questões que envolvem a vírgula) o contido no comentário anterior.
11	C	As questões de compreensão de textos vêm ganhando espaço nos concursos públicos. Também é a partir de textos que as questões normalmente cobram a aplicação das regras gramaticais nos grandes concursos de hoje em dia. Por isso, é cada vez mais importante observar os comandos das questões. Normalmente o candidato é convidado a identificar (reconhecer elementos fundamentais apresentados no texto), comparar (descobrir as relações de semelhanças ou de diferenças entre situações apresentadas no texto), comentar (relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, analisando as opiniões a respeito), resumir (concentrar as ideias em um só parágrafo), parafrasear (reescrever o texto com outras palavras) e continuar (dar continuidade ao texto apresentado, mantendo a mesma linha temática).
12	E	
13	D	
14	B	
15	A	É função do sinal de dois-pontos introduzir uma explicação.

16	B	Observe: “Não as há” e “não lhes confere” (use próclise em razão da partícula atrativa “não” antes do verbo). A expressão “nelas reconhece” ou “reconhece nelas” são equivalentes.
17	E	A relação que se estabelece, nesse caso, entre as orações é a contraste. Nesse caso, o contraste só pode ser estabelecido pela construção da letra E. A expressão “enquanto que” estabelece valor de “mas” ou “por outro lado”.
18	E	A primeira oração apresenta uma possibilidade que só será efetivada com a realização da ação expressa pela segunda oração. Sendo assim, a oração introduzida pela locução conjuntiva “desde que” apresenta a circunstância de condição.
19	C	Observe: — Camarão vendido por um preço = preço pelo qual é vendido. — Assistir a algo = mais bonita a que assistiu. — Estavam em um barco = barco em que estavam / no qual estavam.
20	D	Observe: I é verdadeira porque o pronome “lhes” pode ser substituído por “deles”. II também é verdadeira porque “certo desprezo” não é desprezo veemente. III é falsa porque o pronome “todo”, seguido de artigo definido, traz ideia de “inteiro”.
RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO – Professores Suzuki e Acácio		
21	C	Como alguns paranaenses são corintianos, então alguns corintianos são paranaenses. Mas todos os corintianos são felizes e, portanto, os paranaenses que são corintianos também são felizes. Logo, é verdade que algum paranaense é feliz.
22	D	Use a regra de equivalência contrapositiva.
23	A	Sabendo que Ricardo não é professor e utilizando a CONTRA POSITIVA na segunda sentença dada, conclui-se que Luiza não é dentista . Com esta conclusão e observando a terceira sentença dada, que possui o conectivo “ou lógico”, podemos concluir que João é advogado . Assim sendo, pela primeira sentença dada, como João é advogado, podemos concluir que Roberto é delegado .
24	C	Vamos verificar todas as 4 possibilidades. Levando em conta: fichas brancas (B) e fichas pretas (P), temos as seguintes possibilidades: (B,B), (B,P), (P,B) e (P,P). Note que para as 3 primeiras possibilidades, as frases ditas entram em CONTRADIÇÃO com as cores das fichas propostas. Mas, a 4ª possibilidade, (P,P), faz com que exista coerência entre o que foi dito pelas duas pessoas e as cores propostas, sendo então, a única possibilidade válida. Logo, a primeira pessoa está mentindo e a segunda está dizendo a verdade .
25	B	Utilize a regra de equivalência “De Morgan”: $\neg (P \wedge Q) \equiv \neg P \vee \neg Q$
26	B	Nesse caso, é suficiente calcular em separado todas as combinações existentes para cada posição: atacantes ($C_{4,3} = 4$), meio campistas ($C_{7,3} = 35$), zagueiros ($C_{6,4} = 15$) e goleiro ($C_{3,1} = 3$). Como a decisão é tomada em sequência, multiplicamos os resultados: $4 \times 35 \times 15 \times 3 = 6300$. Atenção: Pelas novas regras ortográficas, “meio campista” é escrito sem hífen. Acesse www.cursosolon.com.br/orto2009/
27	E	Perceba que dos 400 entrevistados, 160 não pertencem a nenhum dos grupos, portanto, 240 pessoas, atendem ao telefone enquanto dirigem ou bebem antes de dirigir. Em contrapartida, somando os valores correspondentes a cada um dos grupos chegamos a 310 pessoas. A diferença (70 pessoas) é a quantidade de pessoas que pertence aos dois grupos. Em termos percentuais temos: $70/400 = 17,5\%$.
28	A	Ao todo são 900 números de três algarismos ($9 \times 10 \times 10$) e apenas 9 em que todos os algarismos são repetidos (111, 222, 333, 444, 555, 666, 777, 888 e 999). Assim, 891 ($900 - 9$) não tem todos os algarismos repetidos. Em termos percentuais: $891/900 = 0,99 = 99\%$
29	C	Perceba que 120 alunos praticam futebol e frequentam algum curso de idiomas, sendo assim, dos 240 que praticam futebol apenas 120 SÓ praticam futebol e, dos 180 que frequentam um curso de idiomas apenas 60 SÓ frequentam um curso de idiomas. Monte um diagrama com estas informações e veja que 300 alunos fazem pelo menos uma das duas atividades. Assim, a probabilidade é: $300/500 = 3/5$
30	D	Para pintar a região sul escolhemos um estado para pintar primeiro: escolhi o Paraná (5 possibilidades de cores), Santa Catarina, não pode ter a mesma cor que o Paraná (4 possibilidades) e o Rio Grande do Sul não pode ter a mesma cor que Santa Catarina (4 possibilidades). Dessa forma o total de formas é $5 \times 4 \times 4 = 80$. Caso o Paraná já tenha a sua cor definida: Paraná (1 possibilidade), Santa Catarina (4 possibilidades) e o Rio Grande do Sul (4 possibilidades) – $1 \times 4 \times 4 = 16$.
INFORMÁTICA – Professor Valdir		

<p>31 B</p>	<p>Em um processador a unidade responsável pelos cálculos (processamento) é a Unidade Lógica e Aritmética conhecida também como ULA ou ALU. A unidade de controle é responsável pela comunicação entre os componentes. Os registradores armazenam os dados temporariamente até que sejam processados. A memória cachê agiliza o processamento armazenando e entregando rapidamente informações que o processador possa necessitar em operações futuras. A memória virtual é a simulação de memória RAM no disco.</p>
<p>32 A</p>	<p>A formatação prepara o disco para gravação criando nele trilhas e setores. FAT ou File Allocation Table é a tabela de alocação de arquivos, uma espécie de índice do disco, FAT é também o nome de um sistema de arquivos. NTFS – New Tecnology File System é o nome do sistema de arquivos utilizados no Windows NT, 2000 e XP.</p>
<p>33 C</p>	<p>O Protocolo de comunicação usado na Internet e nas Intranets é o TCP/IP. Quando se envia mensagens de correio eletrônico pela Internet ela passa primeiro pelo servidor de SMTP configurado em seu programa cliente. URL ou nome amigável é o endereço que permite o acesso a uma página. O Termo Backbone designa a espinha dorsal de uma rede de alta velocidade que é o caso da infraestrutura que interliga os roteadores de alta velocidade da Internet.</p>
<p>34 E</p>	<p>Menu Formatar, opção Página. (figura abaixo)</p> 
<p>35 D</p>	<p>Clicar no menu Inserir, posicionar o apontador do mouse sobre a opção Campos e clicar em Número da Página (figura abaixo)</p> 
<p>36 D</p>	<p>Domain Name System ou Domain Name Server é o nome do mecanismo de tradução de nomes amigáveis ou URL's em endereços IP's.</p>
<p>37 D</p>	<p>CTRL + V → cola um conteúdo que tenha sido copiado ou recortado anteriormente. SHIFIT + DEL → exclui arquivos ou pastas. CTRL+F → exibe a ferramenta de busca do Windows. CTRL + A → seleciona tudo.</p>
<p>38 E</p>	<p>São quatro tipos de intervalo, Único, Horizontal, Vertical e Retangular, os apresentados no enunciado são Retangular, Vertical e Horizontal.</p>
<p>39 E</p>	<p>Resolve-se primeiramente o conteúdo de dentro dos parênteses, ou seja, dividir 100/50 e depois somar com 2 onde resultará em 4 que deve ser elevado a 2 e depois multiplicado por 5. O resultado final será 80.</p>
<p>40 A</p>	<p>A opção de AutoResumo do menu Ferramentas oferece opções para se resumir um documento automaticamente.</p>

41	C	O artigo 3º da Lei da Licitação(L. 8666/93) estabelece que a licitação deverá ser processada e julgada em estrita conformidade com o PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO.
42	B	Nas compras deverá ser observada a especificação completa do bem a ser adquirido, mas não poderá especificar a marca. Se assim procedesse a administração, estaria sendo desrespeitado o princípio da isonomia e da igualdade que deverão sempre ser observados na licitação.
43	D	Lembre-se de que a Lei de Licitações é a 8.666/93. A modalidade pregão está prevista na lei 10.520/02.
44	A	A administração poderá suprimir a eficácia de um ato administrativo por motivos de conveniência e oportunidade. Neste caso fala-se em revogação do ato e seus efeitos serão “ex nunc” (não retroagem).
45	E	A competência decorre de lei e tem por finalidade verificar que agente público pode realizar determinado ato administrativo.
46	B	Os casos de vacância estão previstos no artigo 33 da lei 8.112/90 (exoneração; demissão; promoção; readaptação; aposentadoria; posse em outro cargo inacumulável; falecimento.). Reversão é forma de provimento (artigo 8º da lei 8.112/90) e não de vacância.
47	D	O artigo 8º da lei 8.112/90 trata das formas de provimento. São elas: nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração, recondução.
48	A	A questão trata das formas de provimento de cargo público e estão previstas no artigo 8º da lei 8.112/90, se não vejamos: Art. 8º São formas de provimento de cargo público: I - nomeação; II - promoção; V - readaptação; VI - reversão; VII - aproveitamento; VIII - reintegração; IX - recondução.
49	C	O artigo 33 da lei 8112/90, trata das formas de vacância no cargo público:Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de: I - exoneração; II - demissão; III - promoção; VI - readaptação; VII - aposentadoria; VIII - posse em outro cargo inacumulável; IX - falecimento. Quanto a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício. A exoneração de ofício dar-se-á: I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório; II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
50	D	Quanto ao grau de liberdade conferido ao administrador, os atos administrativos podem ser divididos em discricionários ou vinculados, a diferença entre eles são as seguintes: a) Vinculados ou Regrados – 1)São aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização, limitando a liberdade do administrador que fica adstrita aos pressupostos do ato legal para validade da atividade administrativa. 2) <u>Desviando-se</u> dos requisitos das normas legais ou regulamentares, fica comprometida a ação administrativa, viciando-se a eficácia do ato praticado que, assim, toma-se <u>passível de anulação</u> . 3) Exemplos: A fiscalização, v.g., ou a lavratura de auto de infração, pelo agente competente, é ato vinculado. Ex.: cobrar impostos, conceder isenção ou anistia, entre outros. b) Discricionários - 1)São aqueles atos que a Administração pode praticar escolhendo livremente o seu conteúdo, o seu destinatário, a sua conveniência, a sua oportunidade e o modo da sua realização. 2)A rigor, a discricionariedade não se manifesta no ato em si, mas no poder que Administração tem de praticá-lo quando e nas condições que repute <u>mais convenientes ao interesse público</u> . 3) <u>Não se confunde com ato arbitrário</u> . Discrção é liberdade de ação dentro dos limites legais; arbitrio, é ação que excede à lei e por isto, contrária a ela. O ato discricionário, quando permitido pelo direito, é legal e válido; o ato arbitrário, porém, é sempre ilegítimo e inválido.4) Exemplo: Manifesta-se em função do poder da Administração em praticá-lo nas condições que julgar conveniente: abrir um concurso público escolhendo o número de vagas, pavimentar uma estrada, etc. A escolha de diretor das unidades universitárias; autorização do poder executivo para o particular fabricar, exportar armas e munições(que a princípio é contravenção penal).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Professor Laert

51	B	São cinco princípios básicos da Administração, expressos na Constituição Federal, em seu art. 37, caput: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Pelo princípio específico da legalidade, a Administração Pública só poderá fazer o que estiver previsto na lei. Duas são as vertentes do princípio da impessoalidade. Na primeira, qualquer ato da Administração Pública deve zelar pelo interesse público, não pessoal. Na outra, os atos são imputados à entidade a que se vincula o agente público, não a ele próprio. O princípio da moralidade diz respeito à moral interna da instituição, que deve pautar os atos dos agentes públicos, como complemento à lei. Os atos devem ser, além de legais, honestos, e seguir os bons costumes e a boa administração. Seguindo o princípio da publicidade, a regra é de que todos os atos devem ser públicos, garantindo a transparência estatal. As exceções devem ser legalmente previstas e também atenderem ao interesse público. O princípio da eficiência prega a maximização de resultados em qualquer ação da Administração Pública, que deve ser rápida, útil, econômica, voltada para os melhores resultados esperados por todos.
----	----------	--

52	C	Conforme a constituição federal de 1988: ART.37: XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. a) a de dois cargos de professor; LETRA "C"; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; Outras hipóteses constitucionais de acumulação de cargos: 1) a permissão de acumulação para os vereadores, prevista no art. 38, III; 2) a permissão para os juízes exercerem o magistério, conforme o art. 95, parágrafo único, inciso I; 3) a permissão para os membros do Ministério Público exercerem o magistério, estabelecida no art. 128, § 5º, II, "d".
53	B	O artigo 14, §4º, II da CF/88 que perde a nacionalidade brasileira quem adquirir outra nacionalidade, salvo no casos: a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994).
54	C	CF Art. 5o LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
55	D	A Declaração Universal dos Direitos humanos, em seu artigo 13 prescreve que: a) Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.; b) Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.
56	D	O artigo 5º,XVII da Constituição Federal prescreve a plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. Contudo, é possível a imediata suspensão das atividades desenvolvidas por uma associação por decisão judicial.
57	E	A constituição prescreve que haverá concessão de <i>habeas data</i> em dois casos, quais sejam: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. Contudo, este rol não é taxativo mas, sim, exemplificativo, podendo lei infraconstitucional criar outras hipóteses da <i>hábeas data</i> . Atenção: Pelas novas regras ortográficas, "má fé" é escrito sem hífen. Acesse o nosso <i>site</i> diretamente no <i>link</i> www.cursosolon.com.br/orto2009/
58	A	Entre os direitos fundamentais elencados no artigo 5º está previsto são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação(inciso X).
59	B	Diz o art. 36 da CF/88 que o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas
60	E	A alternativa "A" está errada em razão do art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. A alternativa "B" está errada em razão do artigo 37, XI da CF/88 que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; A alternativa "C" está errada em razão do Art. 28 prescrever que o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V. A alternativa "D" está errada em razão do artigo 28 prescrever que os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa

61	C	Artigo 150 da CF, inciso III, letra “a” – princípio da irretroatividade. Observe o dispositivo constitucional: Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - ...; II - ...; III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; ...
62	E	A definição de tributo está no artigo 3º do CTN – Código Tributário Nacional: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.
63	E	De acordo com o artigo 150, § 1º da Constituição Federal, o imposto de importação, o imposto de exportação, o IPI e IOF podem ter suas alíquotas alteradas por ato do poder executivo e são exceções ao princípio da anterioridade.
64	B	Conforme o disposto no CTN, art. 139, o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta. Obrigação tributária principal é a que tem por objeto a prestação pecuniária compulsória (pagamento de tributo ou multa).
65	C	Observe: PRINCIPIO LEGALIDADE - Tem-se a garantia que nenhum tributo será instituído, nem aumentado, a não ser através de Lei (art. 150, inc I). Tanto o aumento quanto a criação precisam de Lei. Exceções – Imposto de Importação, Imposto de Exportação, IPI, IOF (aumento da alíquota) PRINCIPIO ANTERIORIDADE - É vedada a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (art. 150, inciso III b) Exceção: empréstimo compulsório destinado a atender despesas extraordinárias decorrente de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência, Imp. Importação, Imp. Exportação, IPI, IOF, Imposto extraordinário em caso de guerra, contribuições de seguridade social, aumento alíquota ICMS, CIDE NOVENTENA (ANTERIORIDADE 90 DIAS) - É vedada a cobrança de tributo antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (art. 150, inciso III c) Exceção: empréstimo compulsório destinado a atender despesas extraordinárias decorrente de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência, Imp. Importação, Imp. Exportação, IR, IOF, Imposto extraordinário em caso de guerra, contribuições de seguridade social, base de calculo do IPVA e IPTU.
66	B	Entende-se o lançamento como o procedimento administrativo pelo qual se verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, determina-se a matéria tributável, calcula-se o montante do tributo devido, identifica-se o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe-se a aplicação da penalidade cabível (CTN, art. 142).
67	D	O lançamento por homologação acontece sempre que o sujeito passivo ou terceiro obrigado calcula e recolhe o tributo devido antes de qualquer providência do fisco. Mas, realmente, ele só se completa pela homologação expressa ou tácita da administração fiscal, que não perdeu no caso sua competência privativa para lançar (CTN, art. 150).
68	E	Observe as afirmativas erradas: Afirmativa I está errada pois de acordo com o artigo 77 do CTN, as taxas tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, ou seja, o contribuinte não precisa utilizar o serviço, basta ter potencialidade para utilizar Afirmativa III está errada pois o IPI é de competência da União – artigo 153 da Constituição Federal.
69	D	Conforme o parágrafo 1º do artigo 150 do CTN: “O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento”. Ora, um ato praticado sob condição resolutória produz efeitos desde o instante de sua prática, e o direito que ele cria só se extingue com a ocorrência do evento futuro e incerto, não obstante previsível. Assim, no caso do lançamento por homologação e pagamento do tributo pelo sujeito passivo não extingue, desde logo, o crédito tributário. Persiste o direito de o sujeito ativo verificar a correção do procedimento do sujeito passivo.
70	B	A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos, não se excluindo, ainda, a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber (CTN, art. 208). Portanto, não se aplica a norma no caso de ser expedida certidão, que contenha erro contra a Fazenda Pública, mas sem dolo ou fraude, ainda que haja culpa do funcionário que a tenha expedido.

71	D	<p>A declaração contida no item III está <u>incorreta</u> tendo em vista que o princípio aplicável à hipótese é o princípio da seletividade na prestação dos benefícios e serviços, conforme Art. 194, parágrafo único, III, da CF/88, onde consta:</p> <p>Art. 194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.</p> <p>Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:</p> <p>I - ...;</p> <p>II - ...;</p> <p>III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;</p> <p>IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;</p> <p>...</p>
72	B	<p>Observe os comentários a seguir, relativamente aos itens falsos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CNPS: Nos termos do Art. 295, § 3º., Dec. 3.048/99, na hipótese aventada, a reunião não poderá ser adiada por mais de quinze dias e não dez dias como afirma a assertiva • CPS: Embora a primeira parte do item esteja em consonância com o Art. 296-A, do Dec. 3.048/99, a segunda parte está errada, pois nos termos do Art. 296-A, § 4º., Dec. 3.048/99, estes representantes serão indicados pelas entidades sindicais ou associações representativas. • CRPS: Nos termos do Art. 303, § 4º., Dec. 3.048/99, as Juntas e as Câmaras são compostas por quatro membros: dois representantes do Governo, um das empresas e um dos trabalhadores.
73	E	<p>A resposta correta encontra amparo nos termos Art. 214, § 9º., V, "i", do Dec. 3.048/99. A respeito das três primeiras alternativas, considere o seguinte: A) A teor do disposto no Art. 214, § 8º., do Dec. 3.048/99, integra o salário de contribuição as diárias para viagem quando excederem 50% da remuneração mensal do empregado. B) Estes tipos de valores só não integrarão o salário de contribuição se forem destinados a todos os empregados e dirigentes da empresa, nos termos do Art. 214, § 9º., XVI, do Dec. 3.048/99. C) A indenização paga pelo empregador neste caso não integra o salário de contribuição, nos termos do Art. 214, § 9º., V, "c", do Dec. 3.048/99.</p> <p>Atenção: pela nova grafia, "salário de contribuição" é escrito sem hífen, como também ocorre com "salário família". Acesse www.cursosolon.com.br/orto2009/</p>
74	D	<p>Conforme textualmente preceitua o Art. 194 da CF.</p>
75	E	<p>A afirmação I está incorreta, pois a alíquota destinada a Seguridade Social, neste caso, é de dois vírgula cinco por cento, e não dois por cento. Trata-se de produtor rural pessoa jurídica. Art. 201-A, <i>caput</i>, I, II, do Dec. 3.048/99.</p>
76	B	<p>A alternativa correta está em consonância com a Súmula 44, do STJ. As demais alternativas estão incorretas com base no seguinte: A) Na hipótese aventada o princípio a ser aplicado é o da uniformidade e equivalência, nos termos do Art. 194, parágrafo único, II, CF/88. C) Segundo a Súmula 466, do STF, não é inconstitucional a inclusão de sócios e administradores de sociedades e titulares de firmas individuais como contribuintes obrigatórios da previdência social. D) A contribuição da competência de novembro poderá ser recolhida até o dia 20 de dezembro, juntamente com a contribuição referente ao 13º salário (art. 30, § 6º da Lei nº 8.212/91). E) Todas as atividades envolvendo a parte de custeio passaram para a Secretaria da Receita Federal, ou seja, além da arrecadação, também a tributação, fiscalização, cobrança e recolhimento das contribuições (art. 2º, Lei nº 11.457/07).</p>
77	A	<p>A fundamentação está no Art. 196 da CF: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".</p>
78	A	<p>Não pode invocar o benefício de ordem. Trata-se de obrigação solidária.</p>
79	E	<p>Conforme textualmente preceitua o Art. 194, IV, CF (veja o texto legal no final do comentário da questão 71).</p>
80	B	<p>O último item é verdadeiro em consonância com o Art. 212, <i>caput</i> e § 3º., I, do Dec. 3.048/99. A respeito do primeiro item (falso), nos termos do Art. 200, § 6º., III, do Dec. 3.048/99, não integra a base de cálculo da contribuição o produto animal destinado à reprodução ou criação pecuária ou granjeira. O segundo item (também falso) tem fundamento nos termos do Art. 205, do Dec. 3.048/99, pois a contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional é de 5% sobre a receita bruta e não sobre a receita líquida.</p>

RECURSOS A ESTA PROVA SIMULADA:
*Para recorrer, envie e-mail com sua fundamentação
para secretaria@cursosolon.com.br*

ATENÇÃO: SOBRE A PROVA OFICIAL DE 24 DE MAIO

*Os professores do Curso Sólon estarão auxiliando os interessados na eventual interposição de recursos em relação à prova e ao gabarito.
Acompanhe tudo pelo nosso site www.cursosolon.com.br.*